

PJe

PJe

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) alterou a Resolução nº 185/2013, que instituiu o Processo Judicial Eletrônico (PJe), de modo a facilitar o acesso ao conteúdo de processos sigilosos, mas preservando a segurança dos atos processuais, e garantir auxílio técnico presencial no acesso ao PJe, pelos órgãos do Poder Judiciário, às pessoas com deficiência ou com mais de 60 anos. Uma das alterações prevê a possibilidade de acesso ao PJe por meio de usuário e senha, mesmo nos processos sigilosos. A necessidade de utilização de certificado digital permanecerá tão somente para a prática de ato processual, conforme dispõe o artigo 195, do novo CPC.



Segurança

Com a alteração aprovada pelo plenário do CNJ, ficou revogada a previsão de que não é permitida a consulta em processos que tramitem em sigilo ou segredo de justiça por meio de usuário (login) e senha. Conforme o voto do conselheiro Alkmim, o acesso ao conteúdo do processo fica facilitado, sem prejuízo da segurança quanto à prática dos atos processuais, que continuam exigindo certificação digital. As alterações na Resolução nº 185 são resultado do julgamento do ato normativo nº 0004215-87.2016.2.00.000, durante a 19ª Sessão Virtual do CNJ, que ocorreu entre os dias 30 de agosto e 6 de setembro.



Aviso

A Direção do Foro da Justiça Federal em Sergipe, através da Portaria nº. 0087/2016, resolve admitir, enquanto durar o movimento grevista dos bancários, a distribuição de feitos e recursos sem o pagamento das custas pertinentes, que deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil após o término da paralização.



Resultado

O julgamento dos crimes contra a Administração, como corrupção, lavagem de dinheiro, improbidade administrativa, bem como as ações judiciais que discutam benefícios previdenciários, devem ser as prioridades da Justiça Federal em 2017. É o que pensam as mais de 13,7 mil pessoas que participaram da pesquisa Governança Participativa, realizada pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), no período de 15 de agosto a 2 de setembro de 2016, e que abrangeu as 27 unidades da Federação. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário eletrônico, disponível nos portais e redes sociais do CJF, dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), das Seções Judiciárias, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e da Advocacia-Geral da União (AGU). A pesquisa não solicitou informações relativas à identidade dos participantes.

Aniversariantes:

- 16/09:** Marcos Vinicius Rocha (9ª Vara).
- 17/09:** Marco Stwart de Araújo (Material e Patrimônio).
- 19/09:** Andreia Freire Silva Teles (3ª Vara).
- 20/09:** Sandra Mara de Menezes Hora (2ª Vara); e Sirley Santa de Carvalho (3ª Vara).
- 21/09:** Antônio Cerqueira Moura (Arquivo e Depósito Judicial).
- 22/09:** Rodrigo Gonçalves Meneses (7ª Vara).
- 23/09:** Maria Auxiliadora de Sousa Alves (4ª Vara); e Sandra Crinstina Mota Silveira Machado (SLP).



Treinamento

Aconteceu, na última quinta-feira, o "Plantão PJe", ministrado pela diretora da 2ª Vara Klédia Dantas de Mendonça.



Socioambiental

Evite embalagens desnecessárias. Afinal 1/3 do lixo doméstico é composto por embalagens. Diminua esse desperdício.

